

**A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E DOS  
MOVIMENTOS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLAÇÃO DE  
DIREITOS LGBT+**

**THE SOCIO-EDUCATIONAL DIMENSION OF SOCIAL WORK AND SOCIAL  
MOVEMENTS IN THE FACING OF LGBT + RIGHTS VIOLATION**

**LA DIMENSIÓN SOCIOEDUCATIVA DEL TRABAJO SOCIAL Y DOS  
MOVIMIENTOS SOCIALES EN LA LUCHA CONTRA LA VIOLACIÓN DE  
DERECHOS LGBT +**

*Juliana Siqueira da Silva*

[sik.juliana@gmail.com](mailto:sik.juliana@gmail.com)

Bacharela em Serviço Social (AEMS)

Professora das Faculdades Integradas de Três Lagoas (AEMS)

*Fernando Guimarães Oliveira da Silva*

[fernando.ufms@hotmail.com](mailto:fernando.ufms@hotmail.com)

Doutor em Educação (UEM)

Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

**RESUMO**

Objetivamos problematizar, com este trabalho, como as demandas LGBT+ estão localizadas no interior do Serviço Social enquanto campo produtor de conhecimento. Foi necessário um trajeto metodológico capaz de conectar dois pontos de encontros: de um lado, questões teóricas e, de outro, questões vinculadas ao exercício profissional. Optamos pela pesquisa de base exploratória e descritiva com recursos da revisão sistemática de literatura e, posteriormente, a análise de um questionário sobre a atuação de uma assistente social junto a uma Organização da Sociedade Civil (OSC) da área da saúde, o Serviço de Esperança e Incentivo à Vida Agora (SEIVA). A atuação do SEIVA se faz no terreno dos movimentos sociais de utilidade pública que atuam com uma proposta socioeducativa em defesa, apoio, prevenção e enfrentamento da violação de direitos de pessoas LGBT+, realizando suas atividades socioeducativas em instituições escolares, serviços de convivência, postos de saúde e etc.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; Movimentos sociais; LGBT+; Direitos sociais.

**ABSTRACT:**

We aim to problematize, with this work, how LGBT+ demands are located inside Social Work as a knowledge producing field. It was necessary, a methodological path capable of connecting two meeting points was necessary: on one side, theoretical questions and, on the other, questions related to professional practice. We opted for exploratory and descriptive research with resources from the systematic literature review and, subsequently, the analysis of a questionnaire about the performance of a social worker with a Civil Society Organization (CSO) in the health area, the Hope Service and Incentive to Life Now (SEIVA). SEIVA works in the field of social movements of public benefit that work with a socio-educational proposal in defense, support, prevention and confrontation of the violation of the rights of LGBT + people, carrying out their socio-educational activities in school institutions, social services, health centers. health and etc.

**KEYWORDS:** Social Work; Social movements; LGBT +; Social rights.

### **RESUMEN**

Pretendemos problematizar, con este trabajo, cómo se ubican las demandas LGBT + dentro del Trabajo Social como campo productor de conocimiento. Era necesario un camino metodológico capaz de conectar dos puntos de encuentro: por un lado, cuestiones teóricas y, por otro, cuestiones relacionadas con la práctica profesional. Se optó por una investigación exploratoria y descriptiva con recursos de la revisión sistemática de la literatura y, posteriormente, el análisis de un cuestionario sobre el desempeño de un trabajador social con una Organización de la Sociedad Civil (OSC) en el área de salud, el Servicio de Esperanza y Aliento a la vida ahora (SEIVA). SEIVA trabaja en el campo de los movimientos sociales de beneficio público que trabajan con una propuesta socioeducativa en la defensa, apoyo, prevención y enfrentamiento de la violación de los derechos de las personas LGBT+, desarrollando sus actividades socioeducativas en instituciones escolares, servicios sociales, centros de salud y etc.

**PALABRAS-CLAVE:** Trabajo Social; Movimientos sociales; LGBT +; Derechos sociales.

### **INTRODUÇÃO**

Sexo, gênero e sexualidade: palavras usadas, a princípio, sem a admissão da pluralidade que hoje presenciamos. No cenário discursivo, elas parecem apresentar uma ameaça contra a manutenção da moral e dos famosos 'bons costumes'. Problematizar as suas diferentes expressões

significa vincular-se a um projeto societário que afronta modelos tradicionais de constituições de pessoas, subjetividades e famílias. Apesar de milhares de pessoas, mundo a fora, vivenciá-las diversamente, ainda é notória a busca pelo silêncio, anulação, invisibilização e outras formas mais graves de violências Lgbt+fobias.

Em um dia mundial alusivo ao combate à LGBTFobia, 17 de maio, o Conselho Federal do Serviço Social (CFESS) publicou entrevista com a Profissional Lilian Caetano que, atualmente, representa o CFESS junto ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans + outras sexualidades (LGBT+). Ela afirma a relevância da categoria profissional compor este debate num momento em que o conservadorismo retoma ascensão e intensifica o processo naturalizador de violências contra a população LGBT. Além disso, ressalta que a entrada do CFESS no âmbito dessa discussão tem como pautas de defesas a: “despatologização das identidades trans, ampliação e qualificação do processo transexualizador, o nome social como um direito, a criminalização da LGBTfobia, dentre outros” (CAETANO, 2017, s/p).

Fernando Silva (2016) expõe que, mesmo acontecendo avanços com a ampliação da cidadanização pós-Constituição de 1988, ainda é preciso que a luta pelos direitos de pessoas LGBT+ seja reconhecida por diferentes instituições sociais organizadas e gerida pelos governos. Tal ação se faz pertinente porque atua na desconstrução de padrões e estereótipos que guiam os imaginários de pessoas que gerem políticas públicas diversas.

Conforme Silva (2016) nos sinaliza, segundo os parâmetros foucaultianos, o corpo é uma instância em que o poder atua para regular comportamentos que podem, ou não, ser aceitos para os sujeitos. Para Silva (2016, p. 20), “não podemos nos desvencilhar das condições reais que forjam conflitos e limitações de uma hegemonia da heterossexualidade” e acrescenta:

Enquanto espaço de apoio as políticas públicas precisam (re)definir espaços de promoção de ações que ofereçam momentos de reflexão sobre a questão da normatividade na qual se ancora a sexualidade, com o objetivo de desconstruir preconceitos e verificar o potencial das condições necessárias para superar esse quadro agressivo (SILVA, 2016, p. 20).

Situados neste contexto, os intensos debates contra a LGBTfobia têm se ampliado no âmbito dos movimentos e pesquisadores/as do assunto, evidenciando novas discussões para o Serviço Social que objetivam questionar práticas produtoras e reprodutoras das expressões de preconceito e violência que acontecem com este grupo de pessoas.

Na presente pesquisa, buscamos apresentar embates teóricos e práticos a respeito da dimensão socioeducativa da atuação profissional do/da assistente social no que se refere ao enfrentamento da violação de direitos de pessoas LGBT+ realizado no seio dos movimentos sociais.

Nosso propósito parte do engajamento da prática profissional comprometida com projetos societários mais libertários e condizentes com a realidade social brasileira diversa. Realidade embebida de situações de riscos, assimetrias, vulnerabilidades e submissões injustas pelas quais pessoas com sexualidades e identidades de gêneros diferentes passam porque não têm suas vidas enquadradas pelo que é definido como “normalidade” – a cisheterossexualidade. Queremos provocar o modelo atual desse sistema social inventado para assegurar que essas pessoas convivam com serviços escassos e precários.

Para tal, nosso objetivo central é investigar a prática profissional que, bem como descreve Lélica Lacerda (2014, p. 23), é demandada pela sociedade capitalista na era dos monopólios para a intervenção na vida das pessoas, de forma que executa, planeja e avalia políticas sociais, buscando o enfrentamento das expressões da questão social para que se tornem reais os direitos do/da cidadão/ã, promovendo uma possível coesão social. Portanto, nosso objeto de estudo é analisar como é realizada essa função socioeducativa

do Serviço Social nas demandas LGBTQ+ propostas pelos movimentos sociais.

### **Método**

Orientamo-nos metodologicamente, de início, pela pesquisa bibliográfica de base exploratória e descritiva. Para Antonio Gil (2008), a pesquisa bibliográfica proporciona possibilita que o/a pesquisador/a faça leituras, fichamentos, análises de materiais escritos. A abordagem exploratória permite abordar uma temática pouco explorada no campo do conhecimento: “Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 2008, p. 27). No que se refere à base descritiva da pesquisa bibliográfica, ela nos permite descrever “[...] características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” (GIL, 2008, p. 28).

Com ela, avistamos com recursos da revisão sistemática de literatura uma arquitetura discursiva e científica que trouxe elementos significativos para entender as perspectivas teóricas que atravessam o Serviço Social no âmbito das demandas LGBTQ+. Seguimos com a abordagem de conceitos da prática profissional, fazendo conexões históricas com o surgimento do Serviço Social em meio ao conservadorismo. Percebemos que, ao longo da história, uma nova identidade profissional comprometida com os interesses das classes submissas e de pessoas oprimidas ecoou no seio da profissão.

Problematizaremos dois âmbitos de análise: o primeiro se refere ao modo como as discussões teóricas sobre o tema estão situadas no interior do Serviço Social, enquanto locus de produção do conhecimento. Para o segundo momento, investigaremos no contexto de uma Organização da Sociedade Civil (OSC) a prática da categoria profissional direcionada à defesa de direitos de pessoas LGBTQ+, enfocando nos enfrentamentos cotidianos que os processos de trabalho exigem na atuação com essa demanda.

No decorrer desta pesquisa, é possível notar, a princípio, a busca por encontrar no âmbito de uma profissão como o Serviço Social exerce sua força de trabalho com respeito ao combate e à discriminação deliberada das diversidades sexuais e de gêneros.

Para intensificar os debates, aplicamos uma pesquisa de caráter empírico junto ao Serviço Social de uma instituição que atua na área da saúde, o Serviço de Esperança e Incentivo à Vida Agora (SEIVA), para analisar como acontecem os processos de trabalho socioeducativos no enfrentamento à violação de direitos LGBT+.

Exploramos, com isso, quais são os serviços ofertados, o perfil da profissional e também quais são os maiores desafios enfrentados cotidianamente, uma vez que fazemos parte de uma sociedade preconceituosa e que não reconhece as causas dessa população como válida. Apresentando nosso estudo, convidamos o/a leitor/a para, junto de nós, produzirmos novos estudos e problematizações no âmbito da pesquisa em gênero e sexualidades que tenham como pano de fundo o Serviço Social. Situação que tentamos concretizar junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Culturas, Identidades e Sexualidades (CULTISEX), quando no início do segundo semestre de 2017, levamos as discussões ponderadas na presente pesquisa.

### **O Serviço Social e as questões LGBT+**

A roupagem do campo teórico do Serviço social é, hoje, mais que nunca, uma arena de concepções plurais. Ela não tinha como manter-se intacta, desde os movimentos de diferentes autores/as para causar rupturas nas concepções tradicionais. Pensadores/as que suspeitaram da perspectiva tradicional, que não previa uma prática interventiva que projetasse mudanças significativas com as pessoas trabalhadas. São alguns/as deles/as: José Paulo Netto, Maria Carmelita Yasbek, Myrian Veras Baptista, Maria Lúcia Martinelli, sem esquecer, obviamente, de Marilda Iamamoto.

O movimento de rupturas que desconstroem uma prática de ajustamento de pessoas na sociedade prossegue de modo incansável no nosso tempo presente. Apesar das dificuldades encontradas no que se refere aos projetos societários dominantes, também têm ganhado espaço vertentes subversivas em relação às práticas dominantes que causaram deslocamentos - porque não dizer - estragos irremediáveis. Sem possibilidade de retorno.

Pode-se dizer que a questão emblemática não é mais qual prática de intervenção assumiremos enquanto projeto ético, político e metodológico; eles já são constructos que adquirem consolidação na formação profissional comprometida com a equidade, democracia e liberdade. Acreditamos, mais radicalmente, que o problema é com quais sentidos os profissionais tornarão estes constructos parte da intervenção que promovem. Trata-se, com isso, do engajamento na luta por melhores formas de protagonismos cidadãos de pessoas que convivem sob formas severas de opressão e assimetria sociais. Ou, ainda, como aduz o CFESS (2014), produzimos condições de acesso à liberdade ou reproduzimos desigualdades?

Encontramos respostas possíveis para essa indagação a partir do contato com pesquisas que tensionam a prática profissional direcionada ao enfrentamento da violação de pessoas LGBTQ+. É o caso, por exemplo, da dissertação de mestrado de Marcelo Prata (2008), que afirma duas questões centrais na intervenção profissional com essa demanda: 1) refere-se às respostas imediatas que os processos de trabalho do Serviço Social podem oferecer; 2) relaciona-se ao rompimento com os estatutos de verdades morais que regem as relações sociais, primando por valores centrais que guiam a perspectiva ética da profissão, como: equidade, emancipação e cidadania. São formas de atuação que, na dinâmica massacrante do capitalismo, não cansam de oferecer obstáculos à execução dessas duas condições assinaladas por Prata (2008) para a efetivação do trabalho profissional.

A categoria profissional não pode se esvaír da lembrança de que

intervimos na vida de pessoas que têm concepções, defesas, práticas, formas de sociabilidade particulares que não são superiores a sua condição de cidadão/ã, o que nos faz evocar a centralidade dos princípios fundamentais que orientam o exercício profissional.

Práticas profissionais autoritárias e ditadoras de formas padronizadas de existência não estão vinculadas a um exercício comprometido com a defesa da liberdade, como nos mostra Marilda Iamamoto (2009) ao analisar competências do exercício profissional na cena contemporânea. Pondera, de um lado, sobre as questões que voltam ao Serviço Social como o processo de especialização do trabalho inserido numa dinâmica contraditória do capital e, por outro, sobre como um exercício profissional requer a criatividade na trama de interesses sociais polarizados:

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2009, p. 12).

A análise de seus estudos traz aos profissionais da área diferentes questionamentos e dúvidas que, por vezes, podem nos levar à esfera da impossibilidade de êxito no exercício profissional ou de mudanças significativas com as intervenções que realizam. Vivemos num cenário de mundialização do capital em que os países avançam no que se refere à economia, mas na esfera da ampliação de direitos retrocedem violentamente.

Flagramos práticas profissionais limitadas no desejo de compor enredos de mudança e protagonismos na vida de pessoas tendenciadas ao ostracismo social por conta da condição de assimétrico em relação às normas. Reunidas, inclusive, no bojo de condições degradantes de existência como é o caso de pessoas LGBT+; pesquisas demonstram o precário, ou mesmo nulo, acesso aos bens e oportunidades sociais criadas pela sociedade.



É no confronto com diferentes abordagens técnicas-operativas da prática profissional que podemos sentir a defasagem e a fragilidade do pensamento no âmbito do Serviço Social. Atuar com demandas oriundas de coletivos diversos nos faz questionar radicalmente as concepções dominantes sobre a constituição de alguns grupos e as suas relações com as instituições sociais que demandam participação política em defesa de seus direitos.

Uma das questões menos relevantes para o capital é onde se inicia e termina as condições de manutenção dos direitos dos/das pessoas. Para ele, a diversidade de pessoas não tem valor, a multiplicidade delas se torna silenciada e oculta, até mesmo, para as políticas sociais que, na era do capital, compensam perdas sociais.

Quando diante de uma situação impossível de ser superada caímos em reproducionismos da prática profissional, é possível nos atentarmos a que também podemos, enquanto profissionais e sujeitos da intervenção, resistir às amarras do poder que insiste em definir formas de existência.

Ao que Maria Carmelita Yasbek (2009) assume como elemento fundante da prática profissional renovada, a teoria marxista é pensada como proposta de entender a reprodução das relações sociais. Assim, infere:

O processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é um processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação (YASBEK, 2009, p. 4).

O que move profissionais para/por transformações que resultam em equidade é a possibilidade de resistência. Mais que uma metáfora ilusória que pode fazer com que você, leitor/a, nos veja com discursos políticos partidários de promessas irreais. Não somos irônicos, existem, sim, possibilidades de resistência; o Serviço Social exerce funções dentro deste universo infinito de se pensar/projetar o possível no impossível enquanto uma categoria reflexiva

transformadora do exercício profissional.

No limiar da infinitude de possibilidades, podemos nos ater a pesquisas que retroalimentam condições de se projetar mudanças. No interior da profissão, por exemplo, vimos na pesquisa de Moises Menezes e Joilson Silva (2017) que a primeira manifestação do Conselho Normativo da área sobre a questão da homofobia foi do Conselho Regional do Serviço Social (CRESS) da 7ª Região, em setembro de 2000.

Referenciando aos estudos de Almeida (2009, *apud* MENEZES; SILVA, 2017), é possível destacar três apontamentos que fizeram com que as questões LGBTQ+ tivesse voz no interior da profissão: a primeira situou-se no espaço/tempo de 1990, quando das mudanças da grade curricular que trouxeram a disciplina de movimentos sociais para o curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); a segunda refere-se à discussão de gênero e diversidade sexual no interior do Movimento de Estudantes de Serviço Social (MESS) e, por fim, a significativa presença de estudantes lésbicas, gays e bissexuais que ofereceram condições de reivindicar tais discussões no âmbito do Serviço Social.

Na atualidade dessas discussões, os autores complementam que:

É importante ressaltar que mesmo analisando uma grande mudança em relação a tais debates e reflexões, para alguns profissionais e acadêmicos do Serviço Social as questões pertinentes à população LGBTQ ainda são desconhecidas ou pouco compreendidas (MENEZES; SILVA, 2017, p 123).

Uma das marcas mais sensíveis deste nosso momento (o qual muitos caracterizam de modos diferentes, como moderna, pós-moderna, pós-industrial, entre outros) é definitivamente a precária inserção de discussões que abalam conceitos e preconceitos; o movimento de percepção do certo/errado; moral/amoral; normal/anormal; a conjunção entre o correto e o incorreto que urge de ser problematizada no âmbito da formação e do exercício profissional. Tratamos da emergência de tal assunto porque é justamente no incerto, no

diverso e no incomum que a nossa profissão adquire compromissos com a defesa de projetos societários diferentes.

É um motivo que guiou a pesquisa de Mestrado de Elton Rozário (2016), junto à Universidade Federal do Pará (UFPA), cujo objetivo foi compreender a luta do movimento social LGBT de Belém/PA na ampliação de espaços de efetivação da cidadania de pessoas LGBT+ na busca por melhores protagonismos sociais e a experimentação nas políticas públicas de governo. Sua pesquisa mapeou a vinculação de sujeitos junto ao Movimento Homossexual de Belém/PA e os subgrupos que compuseram o enredo das lutas e reivindicações. Ressalta que existem diferentes entraves na consolidação de direitos LGBT+, sendo:

Em meio às lutas sociais, percebemos os dois principais protagonistas da arena de lutas sociais, de forma singela e atenuada, de um lado o Estado com seu poder e poder da máquina e de outro a sociedade civil organizada, num duelo de interesses, políticos e de conflitos ideológicos, decerto que as atuais políticas públicas e sociais não foram alcançadas por puras iniciativas estatais, mais sim por inúmeras lutas, que em sua longa trajetória conquistou êxitos e derrotas, e atualmente vem construindo agendas de discussões e planejamento político (ROZÁRIO, 2016, p. 142).

As pessoas LGBTs+ vivem na precariedade das margens criada pelas instâncias normativas e o Estado é um local que produz essa diferença. Do lado do normal, criam-se políticas que vão seguir parâmetros de corpos definidos como aqueles que podem experimentar tais oportunidades. Porém, é preciso destacar que os corpos considerados anormais por eles estão ocupando espaços de reivindicação e lutas sociais que tornam tais arenas contestadas por estes novos sujeitos sociais.

O fato de não serem cobertos pelas oportunidades não significa que vão aceitar isso tão fácil e tranquilamente. Estão aí! Produzem, com suas presenças, serviços e ações que tem como foco as demandas próprias de seus grupos. O que é movimentado em nossas discussões é a necessidade de serviços que também previnam situações de violências e fobias deliberadas

contra essas pessoas.

São questões que não tornam práticas que atravessam sentidos apenas da construção de um movimento social, mas também do exercício profissional que se faz presente em diferentes políticas sociais. Quer seja nas unidades de proteção social básica dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) quer nas Agências de Previdência Social (APS), esses sujeitos estarão lá, solicitando atenção e intervenção em suas formas de sociabilidades, convivências e cidadanias.

Buscaram pensar sobre esta questão Mônica Medeiros e Francisco Neto (2017). A autora e o autor tensionam a prática do Serviço Social na cena contemporânea frente aos retrocessos vividos na sociedade brasileira na esteira a respeito de práticas escolares que têm lógicas heterossexistas como fator de predisposição da ação docente.

A fim de entender o assunto, Medeiros e Neto (2017) apontam três questões: a primeira voltada para analisar o debate da formação e do exercício profissional em meio aos novos parâmetros das diretrizes curriculares para o curso de Serviço social que assumem a dimensão ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica com novas condições de avançar no campo epistemológico. A segunda preocupada com a reprodução heterossexista que constrói o sujeito da vulnerabilidade em diferentes espaços. Por último, a importância do ambiente escolar para estimular discussões no contexto dos gêneros e das sexualidades.

Medeiros e Neto (2017) assinalam as contribuições do Serviço Social nas escolas, atuando principalmente na elaboração de estratégias que causam deslocamentos em currículos e práticas heteronormativas quando burla a matriz heterossexista e cria condições de participação de sujeitos LGBTQ+ na construção do espaço simbólico da escola. Concluem quanto ao heterossexismo que:

[...] devemos questionar os processos históricos pelos quais estas categorias são produzidas, discutindo suas relações sociais para então desestabilizar esse sistema de opressão, marginalização, patologização e vulnerabilização das identidades LGBT's (MEDEIROS; NETO, 2017, p. 40).

Problematizar estes sujeitos no ambiente da escola é, contudo, ofertar uma formação plural e condizente com o primado ético que tem a liberdade enquanto valor central. São eles, porém, que ainda ocupam o local do silêncio nesse ambiente, efeito das práticas de muitos espaços legislativos e executivos com a ideia de “ideologia de gênero” (PENNA, 2016). S

Segundo pesquisas do professor Fernando Penna (2016), o Programa Escola Sem Partido tem a obsessão na crença de que professores/as estariam doutrinando política e ideologicamente seus alunos quando trazem assuntos da diversidade de pessoas para as salas de aulas, o que representaria, com isso, uma limitação do direito à liberdade enquanto valor que orienta a autonomia docente e escolar. Apesar de ter sido aprovado em vários municípios Brasil a fora, conforme aponta o autor, o projeto não tem definido explicitamente o que é doutrinação política e ideológica (PENNA, 2016).

Como podemos ver, a prática docente e escolar é ameaçada por condutas exteriores à sala de aula, as quais retiram do professor a autonomia para definir conteúdos escolares e o modo como vão orientá-los didaticamente. São efeitos de práticas que se orientam por ditames padronizados e que ecoam nas vidas das pessoas, dominando a sua liberdade e criando formas normais de existência.

Tomamos como referência apenas o espaço da escola para contextualizar como os primados ultraneconservadores têm sido reatualizados na cena contemporânea. Temos certeza de que se tivéssemos problematizado outras áreas, também encontraríamos condições de analisar criticamente essa triste afirmativa. Práticas que querem ter o poder de enquadrar as pessoas em atitudes de passividade absoluta e promover a impossibilidade de construir formas de emancipação em meio às práticas autoritárias que limitam

subjetividades diversas.

O percurso reflexivo proposto pretendeu desestabilizar vícios históricos no interior da profissão e entender a emergência da articulação entre Serviço Social e as requisições de ambientes no entorno de novos sujeitos sociais, como no caso em que pontuamos, pessoas LGBTQ+, que têm suas condições de vidas limitadas porque desrespeitam padrões cisheteronormativos. Diante disso, observamos um território de múltiplas ações para a prática do Serviço Social, que será discutido logo mais.

## O SEIVA

Ao conduzir reflexões próximas do atual contexto das pesquisas em Serviço Social, Jussara Bourguignon (2007) constrói um panorama sobre marcos históricos, dimensões e a particularidade do processo de produção do conhecimento no interior da profissão. Atribui à dimensão investigativa do Serviço Social uma parte constitutiva da prática profissional fundamentada na “[...] relação dinâmica teoria/prática, fazendo parte da natureza da profissão buscar compreender criticamente os fenômenos sociais para fundamentar sua intervenção” (BOURGUIGNON, 2007, p. 50) e uma parte constituinte, porque:

[...] os avanços observados na esfera da produção de conhecimento, da prática profissional no âmbito das políticas públicas e da formação, mobilizam a reconstrução crítica da própria natureza profissional” (BOURGUIGNON, 2007, p. 51).

E finaliza que tornar a dimensão da pesquisa como parte dos processos de trabalho referentes à prática profissional não é uma tarefa individual, mas um desafio coletivo da categoria, principalmente no que se refere à discussão recente a que o Serviço Social tem se predisposto junto à ideia de indissociabilidade entre formação e exercício profissional. Com esta perspectiva, pensamos em produzir conhecimento para o Serviço Social a partir da consecução de um esforço coletivo para apreender a dinâmica da

realidade profissional inserida na instituição pesquisada.

O SEIVA foi reconhecido como um serviço de utilidade pública, em 1996, atua na área de saúde reprodutiva e sexual. Iniciou seus trabalhos junto ao município de Ilha Solteira/SP, em 1993, por meio de atividades voluntárias de um grupo de pessoas da sociedade civil e profissionais da rede de saúde que se importavam com o avanço de casos de gravidez na adolescência, riscos de DST/AIDS, atuando com os grupos mais vulneráveis, decidindo criar um movimento social concernente às questões LGBT+.

Por se envolver com as questões da saúde sexual de públicos vulneráveis, a unidade ficou reconhecida por atuar junto às demandas provindas das questões de gêneros e sexualidades, formalizando parcerias com diversas instituições municipais nas áreas de Educação, Cultura, Assistência social e outras, a fim oferecer ações de prevenção e tratamento de casos de DST/AIDS.

Pactua com as esferas municipais e estaduais serviços direcionados às demandas municipais, recebendo recursos financeiros do Estado para aplicação das ações nos locais que tem parceria. Dentre as principais atividades que promovem durante o ano, a assistente social menciona:

Palestras sobre educação sexual nas escolas estaduais, nos projetos sociais do CRAS e do CREAS, nos cursos de geração de renda para mulheres soropositivas, nos grupos de prevenção à gravidez de riscos e violências de gênero nos Programas de Saúde da Família (PSF's), grupos de prevenção à violência de gênero e sexualidade saudável para mulheres assentadas, eventos regionais sobre sexualidade da mulher e de LGBT's, parcerias com a rede de serviços do município.

A lista de atividades realizadas pela Unidade SEIVA ilustra as intervenções que vêm sendo promovidas pela dimensão socioeducativa do Serviço Social que acontecem em meio a práticas, desafios, avanços, êxitos... Ações que trazem ao profissional caminhos e descaminhos para uma intervenção qualificada.

A proposta socioeducativa do SEIVA atuante como um movimento

social de utilidade pública foi tratada em pesquisa de doutorado em educação de Fernando Silva (2019), mais recentemente. O autor trouxe as contribuições do SEIVA para processos de educação em direitos humanos de pessoas trans no que se refere à permanência escolar em escolas da região em que o SEIVA se insere, a microrregião de Andradina, vinculada à Alta Noroeste Paulista.

Na tese de Silva (2019) foi possível conhecer o papel ativo do SEIVA na vida de duas alunas trans, Gabrielly e Luna (nomes fictícios). Duas estudantes trans que tiveram a oportunidade de conhecer o SEIVA quando se dispuseram a tratar da temática de orientação sexual e identidade de gênero no período de escolarização básica (ensino médio) de ambas estudantes.

Como a maior parte do trabalho socioeducativo são realizados pelo Serviço Social do SEIVA, notamos o papel significativo da dimensão dessa ação para proporcionar novas formas de lidar com os direitos humanos de pessoas LGBTQ+, bem como a promoção equidade e igualdade no ambiente escolar. Coloca a relevância dessas parcerias para a escola, além de formalizar as contribuições da ação socioeducativa do Serviço Social como um primado ético-político em defesa da ampliação dos direitos, nesse caso à educação.

Frente a essa questão, como o Serviço Social tem se efetivado? Entender assuntos como este farão parte das discussões a seguir.

### **Práticas do Serviço Social: tensões, rupturas e novos projetos**

Produzir reflexões acerca da atuação do Serviço Social junto às pessoas LGBTQ+ é um esforço para se pensar na categoria ético-política no interior da profissão, independente de afetos ou desafetos, que seja fiel à potência de formação de identidades sociais múltiplas, aos direitos das sexualidades e a liberdade oscilante do ser e estar dissidente da norma.

Uma postura ético-política pode ser fiel – à proporção que os direitos se ampliam – a um exercício profissional construído no saber científico e com isso, desvinculado de preconceitos e senso comum. Saberes e práticas que



consolidam um exercício profissional comprometido com demandas e anseios próprios de pessoas LGBTQ+, principalmente porque são atingidas pela naturalização das violências cotidianas.

Não conhecemos primado ético-político que se defina desvinculado dos sentidos que fazem o sujeito social se tornar responsável por suas expressões, práticas que anulem sua existência e imponham formas de agir, sentir e pensar. No centro de nossas discussões, articulamos a ideia de um exercício profissional mais libertário e menos detidos em normas e convicções únicas.

Para realização da presente pesquisa participou uma assistente social cisgênera (fêmea-feminino-heterossexual), formada em Serviço Social há mais de onze anos e atuante no SEIVA há aproximadamente 10. Trouxemos o gênero e a sexualidade da presente profissional porque acreditamos que isso pode ou não interferir no trabalho com as demandas de pessoas LGBTQ+.

Inclusive porque, nessa seara, Menezes e Silva (2017, p. 127) afirmam:

É preocupante haver, dentro do Serviço Social, estudantes e profissionais que mantêm posturas conservadoras e destoantes das defendidas pelos seus órgãos de representatividade profissional no que se refere aos direitos da população LGBTQ; são comuns as situações de negação, violação e desprezo aos direitos destes cidadãos.

Ou ainda, por ser pessoas que têm formas distintas de sociabilidades, pode ser que os/as profissionais são guiados por perfis afetivos-sexuais ligados à normatividade hétero, não compreendendo as manifestações de sexualidades dissidentes da matriz cisheterossexista.

Ao considerar como foco de análise a conexão entre tempo de formação e exercício profissional, notamos que a referida profissional iniciou sua atuação junto à Unidade SEIVA, o que pode nos fornecer dados significativos sobre os processos de trabalho que criou para a consecução da prática profissional.

No que se refere ao assunto “processos de trabalho”, a profissional aduz que diariamente realiza entrevistas sociais por meio de um instrumental

próprio para esse fim. Nele, a pessoa se vincula à unidade, colhendo dados importantes para a intervenção: “endereço, composição familiar, condições de renda, vínculos familiares e comunitários, pessoas e redes que são referências de apoio e ações realizadas” (SERVIÇO SOCIAL SEIVA, 2017).

Um conjunto de instrumentalidades, de acordo com Yolanda Guerra (2007), podem ser considerados instrumentos de mediação que possibilitam acessar de modo crítico a qualidade da intervenção profissional.

Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadores de instrumentalidade (GUERRA, 2007, p. 2).

Um instrumento de trabalho é um mediador entre planejamento e execução dos princípios éticos-políticos profissionais, um contexto reflexivo que oportuniza dar materialidade à intervenção profissional. São recursos que nos auxiliam a interferir em determinado contexto de desigualdade e produzir deslocamentos no modo como as ações das pessoas atingidas estavam acontecendo. Significa agir sobre a realidade social e produzir intervenção.

Ao agir com este instrumento na demanda que espontaneamente ou por encaminhamento de outras redes chega até à Unidade, a profissional está agindo na realidade social daquela pessoa e do grupo ao qual faz parte. Segundo a Assistente Social, quando a realidade social apresentada não se adequa às práticas de sua unidade de atuação, faz o trabalho de articulação em rede ou encaminhamento corresponsável para outra unidade parceira. Situação que também ocorre de outra unidade para o SEIVA, onde solicitam parcerias para atuar em situações de riscos específicos em torno do gênero e das sexualidades, como é o caso das escolas públicas e privadas.

Adere a esta atenção a intervenção preocupada com a assistência

adequada às necessidades das pessoas, porém, a Profissional relata que: “existem várias limitações das pessoas para acessarem outros serviços, porque ainda existem preconceitos contra pessoas LGBT, com DST/AIDS” (SERVIÇO SOCIAL SEIVA, 2017).

Quanto ao trabalho citado que necessita da intervenção em rede, é preciso acontecer uma ação de corresponsabilidade no trato com o encaminhamento feito, não se trata apenas de realizar a ação: trata-se, aliás, de ler a realidade social e posterior contato com a unidade destinatária para informar formas de lidar com o assunto. Isso oportuniza diminuir até mesmo os medos e vergonhas existentes em pessoas que sofrem com fobias diversas.

Para Antonio Gonçalves e Isa Guará (2010), a rede é uma ação coletiva de esforços para atenção necessária para certos grupos ou intervenções mais qualificadas. O autor e a autora vislumbram desfragmentar a atuação em rede, integrando diferentes serviços em prol de uma finalidade. Como recurso indispensável para promoção de protagonismos de atores/atrizes sociais, a rede possui tomada de decisão coletiva.

Nos permite, enquanto categoria profissional, articular esforços a favor de mobilizar os recursos de diferentes áreas para apoiar pessoas que sofrem com alguma situação de risco ou vulnerabilidade. Parte desta concepção permeia, por exemplo, os estudos de Sônia Fleury (2005): a autora afirma que novos pressupostos de atuação da Gestão Pública podem ser acionados com uma rede de serviços integrados.

Apesar Fleury (2005) frisar que o Estado se encontra limitado demais para ofertar alguns serviços à população, angariar esforços para ter êxito numa intervenção diminui as possibilidades de fracasso no trato com a questão social das pessoas. Assim, compreende que:

As redes de políticas sociais são um instrumento fundamental para a gerência das políticas sociais em contextos democráticos, permitindo a construção de novas formas de coletivização, socialização, organização solidária e coordenação social. Nesse sentido, as redes transcendem o

papel de um mero instrumento gerencial, na medida em que permitem gerar relações baseadas na confiança (capital social) e processos gerenciais horizontalizados e pluralistas (esfera pública democrática) (FLEURY, 2005, p. 87).

Elas se ocupam de encontrar respostas para as expressões das desigualdades sociais no âmbito das escassas distribuições de renda com equidade. Isso significa que elas não oferecem respostas para estas expressões, apenas fornecem condições de amenizar os impactos sofríveis que tais problemas causam. Isso possibilita confirmar que as escolas deveriam ocupar o lócus de ampliação do trabalho em rede, considerando a diversidade existente nas diferenças que seus/suas alunos/as possuem.

A soma de esforços das ações realizadas em conjunto propõe compartilhar do foco de onde se deve partir, atuar e avaliar a ação proposta. Trata-se de uma cultura de gestão pública coberta de desafios e, que precisa fazer parte das unidades que atuam com problemas complexos da sociedade, como é o caso das escolas que agem na dinâmica das redes.

Além dessa ação, a Assistente Social declara como ação realizada pelo Serviço Social da Unidade: “acompanhar denúncias contra LGBTfobia, infelizmente, a população LGBT é marcada pelo preconceito e discriminação”. Para esclarecer o conceito de LGBTfobia, faremos alusão ao que a Cartilha da Diversidade (SÃO PAULO, 2017) conceitua. Ela analisa que o espaço de consolidação do conceito se deu junto à III Conferência Nacional de Políticas LGBT, que aconteceu em Brasília no ano de 2016.

A cartilha diz que o termo LGBTfobia incorpora homofobia, lesbofobia e transfobia e, assim, enfatiza o “preconceito e a discriminação através de orientação sexual e/ou identidade de gênero de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais e homens trans” (SÃO PAULO, 2017, p. 25).

Diante disso, a prática profissional se coloca na defesa e na ampliação de direitos de pessoas LGBT+, convocando-nos a participar de diálogos que mobilizam a categoria em debates empenhados em eliminar “todas as formas

de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (BRASIL, 2012, p. 23). Inscreve o Serviço Social no âmbito da redução de danos para pessoas que convivem com diferentes violações sociais e de seus direitos.

A despeito de diferentes problemas que surgem para a efetivação do exercício profissional comprometido com a redução de barreiras para este grupo de pessoas, torna-se preciso pensar sobre o impossível enquanto uma categoria que nos desloca a assumir intervenções coesas e coerentes com projetos de transformações sociais mais amplas.

Pensar no impossível como uma categoria crítico-reflexivo que orienta o exercício profissional eleva a diversidade como primado ético, político e estético das existências sociais. Objetivamente, porque dentre a imensidão de sofrimento e fobias com que convivem pessoas LGBTs+, há a busca pelo direito de existir pulsando nas pessoas: a vida representa para a profissão um importante aliado para lidar com tais situações. Um tema interessante para movimentar discussões na seara da defesa de direitos sociais, civis e políticos do reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans, por exemplo.

Um terreno de lutas constantes, que varia na possibilidade ou na impossibilidade de ser e estar diferente. No que se refere à atribuição do Serviço Social, temos um projeto profissional comprometido com o enfrentamento de qualquer situação de opressão e assimetria. Leva a nossa interlocutora enfatizar que a:

Inclusão do Serviço Social no atual cenário LGBTQIA+fobia é permanecer em uma luta constante por defesas do acesso aos direitos, e representa a base da confiança e o reconhecimento no trabalho a ser realizado, embasado sempre no respeito a livre identidade de gênero, bem como a orientação sexual como particularidade da diversidade humana (SERVIÇO SOCIAL SEIVA, 2017).

Resumimos, portanto, que a complexidade do poder que define sexo, gênero e sexualidade como assuntos biologicamente indiscutíveis traduz

hierarquias que consolidam diferenças no âmbito profissional. É possível pensar no novo como uma categoria de experimentação do direito de ser e estar diferente. Ser e estar inovados e deslocados de espaços definidos. Tornar esta diferença parte dos espaços de experimentação coletivo dos direitos sociais, civis e políticos.

Pensar em práticas que ofereçam às pessoas o direito de ser diferentes sem que para isso haja processos sociais mais amplos definidores de facilidade ou dificuldade de acesso aos benefícios da sociedade. Bruna Irineu (2014, p 166) afirma que, atualmente, é possível se pensar nos LGBT's como sujeitos de direitos, sim, principalmente se adotarmos parâmetros legais ao invés de médicos, assim

A reabertura política e o processo de redemocratização do Brasil foram fundamentais para expansão da produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade, em uma perspectiva distinta das ciências "psi". Inicia-se, assim, um processo de articulação entre os diversos sujeitos vinculados às lutas por direitos sexuais, que culminará em estratégias para interferir na formulação das demandas por políticas públicas.

A autora articula cidadania de pessoas LGBT+ com o acesso ofertado pelas políticas públicas e sociais. Acredita que estes grupos sociais têm intensificado sua participação nos espaços de planejamento, execução e avaliação de políticas, reivindicando fazer parte da oferta dos serviços e benefícios que eles apresentam.

No entanto, por mais plural que os espaços de deliberação e tomada de decisão possam estar, ainda é preciso evidenciar uma conjuntura social em que o conservadorismo tem se reatualizado, contribuindo com isso, para a preservação de valores e costumes tradicionais, ou que ao menos se expressam contidos em tradições. Tal reatualização tem feito parte de discursos políticos recentes, além de demandar maior participação da categoria profissional para atuar em contextos de fortes conflitos de terra, étnicos, movimentos sociais que reivindicam a ampliação de políticas sociais.

A categoria tem sido convocada geralmente para acalmar os problemas oriundos das relações conflitantes entre certos grupos e os governantes. Muitas vezes atuam a serviço dos dominadores e não da classe oprimida. É o que nos propõe refletir, Maria Lúcia Barroco (2015): a ofensiva (neo)conservadora interfere na realidade social com cobranças advindas, ou melhor, fundadas em práticas moralistas que definem como as atitudes das pessoas devem acontecer ou quando podem ocorrer.

Politicamente falando, a autora observa que muitas pessoas possuem discursos orientados pela retomada da moral perdida com a democracia alargada. Pessoas da sociedade em geral, que ferem violentamente a condição de diferente e atacam a ampliação dos direitos humanos e sociais de grupos vulneráveis. Assistimos cotidianamente à intensificação de práticas racistas, LGBTfóbicas e misóginas no interior da formação e do exercício profissional, reagindo contra os locais em que o Serviço Social atual, adquiriu após tantas lutas para se desvincular das amarras conservadoras.

Mas, muitas vezes, o comportamento policialesco do assistente social não é demandado pela instituição. Parte dele mesmo em função de sua orientação conservadora, objetivando o controle da vida dos usuários, o cerceamento de suas escolhas, o impedimento dos seus direitos baseado em avaliações moralistas, na adoção de critérios de elegibilidade pautados em preconceitos e discriminações. Isso é bastante comum nos espaços em que o assistente social participa de decisões relativas à família e em situações que expõem comportamentos que fogem aos padrões tradicionais, a exemplo da adoção de crianças por casais homoafetivos (BARROCO, 2015, p. 634).

Questionamos, então, se é possível pensar em novos projetos para o presente debate que movimentamos? Projetos societários desvinculados de assimetrias sociais naturalizadas em fobias dirigidas a pessoas LGBT+, vidas que, no encontro com o poder, poderão se expressar do jeito que quiserem e ainda assim será possível o convívio com as normas que ele impõe.

Embora essas vidas convivam em espaços que se dizem vinculados à perspectiva da liberdade, ainda assim tais identidades sociais estão silenciadas

e têm que utilizar de ofertas de serviços que são dirigidas para corpos cisgêneros e não transgêneros ou homo e lésbicos.

Resta ao Estado, como bem assinala barroco (2015, p. 625), “a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais”. Entendemos que demandas provenientes de pessoas LGBTs+ são formas de contestação aos enquadramentos tradicionais de existências definidas pela ultramoralidade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Serviço Social assume, como pressuposto orientador de suas ações, o compromisso com o enfrentamento de situações de desigualdades que atingem pessoas e seus grupos, independente de quaisquer demarcadores culturais, sociais e econômicos e outras questões que os tornam situados assimetricamente em relação ao todo.

Pessoas LGBT+ são impedidas de experimentar as mesmas condições de acesso de uma pessoa que se adequa aos padrões heteronormativos. É como se tivessem que corresponder suas perdas de heterossexualidade com alguma prática considerada normalmente moralizada pela cultura. Se causam certos excessos, automaticamente são taxados com sua condição de diferente para justificar o ato.

Muito sofrimento para poucas possibilidades. O Serviço Social como um campo do conhecimento que se preocupa efetivamente com condições de desigualdades criadas e postas no âmbito da sociedade precisa oferecer movimentos em que a criação de possibilidades para estes grupos saiam da visão turva da invisibilidade e passem a compor espaços de cidadania.

A atuação do Serviço Social em unidades públicas que preocupam com os movimentos sociais propõe novos formatos de trabalho social focadas em uma dimensão socioeducativa capaz de alargar os direitos de cidadania e, como no caso proposto pela profissional pesquisada, a escola representa uma



local de produção dessas parcerias para conjugar direito à educação e direito à diferença como uma forma de promover a valorização de vidas LGBT+.

Nossas pautas de trabalho, direcionadas a pessoas LGBT+, se situam no contexto da relação precária entre políticas sociais nulas e a sobrevivência que faz com que estas pessoas experimentem caminhos definidos como imorais pela sociedade e, sobretudo, passam a ser percebidas como pertencentes apenas a estes lugares sociais não-ditos, não-falados, não vistos.

Ao discutir sobre os projetos de trabalhos firmados nas práticas do Serviço Social junto à OSC SEIVA, nossos debates visam empregar novas direções ao trabalho social para que se firmem novos projetos de atuação e consigam ampliar a atenção ofertada a esta população não apenas nos moldes de atenção em saúde, mas em diferentes áreas de outras políticas públicas (Educação, Assistência Social, Justiça e etc.).

Renovar nossa visão de que estas pessoas produzem novas formas de sociabilidade e merecem fazer parte do desenvolvimento real da sociedade. Precisam de ações específicas que ofereçam um conjunto de possibilidades de conseguirem se transformar e serem transformadas no contato com outras pessoas, normais ou anormais, aceitas ou desaceitas. Práticas de trabalho profissional que se importam com o sofrimento das pessoas e partem delas para produzir a atenção necessária de que precisam. Precisamos, mais que nos vincular a um projeto de transformação social ético e humano, lidar com as demandas LGBT+ elegendo situações de fobia reais que estas pessoas vivem para pôr uma pausa nessa etapa e redefinir novas formas de atenção. É preciso, antes de tudo, ter atitude para empreitar mudanças significativas no contexto de vidas destas pessoas, transferir o que tem sido produzido de ruim sobre suas identidades para novos discursos, denominações e práticas que se distanciam da ideia de que suas vidas são enredadas pelo erro.

É necessária uma perspectiva de liberdade e democracia que produza aberturas ao novo, aos sujeitos que possuem diferenças e lutam pelo direito de

ter suas expressões reconhecidas nos espaços de participação e cidadania. Entender essa dinâmica e agir com qualidade nela faz a engrenagem do Serviço Social se movimentar e adquirir significado nos modelos econômicos que orientam as relações sociais.

É momento de reformular práticas e transformar processos de trabalho centrados na repressão. Filiarmo-nos a projetos societários que tenham a liberdade como condição para existir, o respeito como elemento ético-político de atuação profissional e a diferença como uma marca que torna as relações humanas mais saborosas.

## Referências

BARROCO, Maria Lucia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, out./dez. 2015. p. 623-636. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0623.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa em Serviço Social. In. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp. 2007. p. 46-54. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0510spe.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. **Código de ética do/da assistente social**. Lei 8662/93 – Lei de regulamentação da profissão. 10ª ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2018.

CAETANO, Liliane. **Hoje é dia mundial de combate à LGBTfobia**. Brasília: CFESS, 2017. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1372>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CFESS. **CFESS Manifesta: gestão tempo de luta e resistência (2011-2014)**. Brasília: CFESS, 2014. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro\\_CFESSManifesta\\_GestaoTempodeLuta-Site.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro_CFESSManifesta_GestaoTempodeLuta-Site.pdf)> . Acesso em: 12 fev. 2018.

FLEURY, Sonia. Redes de Políticas: Novos Desafios para a gestão pública. **Revista Administração em Diálogos**, São Paulo, v. 7, nov. 2005. p. 77-89.

Disponível em: <[revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/download/671/468](http://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/download/671/468)>.  
Acesso em: 12 dez. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008

GONÇALVES, Antonio Sérgio; GUARÁ, Isa Maria Rosa. Redes de proteção social na comunidade - Por uma nova cultura de articulação e cooperação em rede: uma convivência grupal que mobiliza, protege e desenvolve seus participantes. In: GUARÁ, Isa Maria Rosa. (Org) **Redes de proteção social**. São Paulo: Associação Fazendo História, 2010. p. 11-20.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. In: Simpósio Mineiro de Assistente Social, I., 2007. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: 2007. p. 1 a 51. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 1ª ed. Brasília: CFESS, 2009. p. 15-50. Disponível em: <[http://ava.unit.br/dokeos/conteudo/pdf/SS\\_Contemporaneidade.pdf](http://ava.unit.br/dokeos/conteudo/pdf/SS_Contemporaneidade.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2018.

IRINEU, Bruna A. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempo de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas pelos direitos sexuais no Brasil. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12. 2014. p. 155-178. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15088/11438>> . Acesso em: 18 jan. 2018.

LACERDA, Lélica Elis P. de. Exercício profissional do Assistente Social: da imediatividade à possibilidades históricas. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 117, jan./mar. 2014. p. 22-44. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n117/03.pdf>> . Acesso em: 18 dez. 2017.

MEDEIROS, Monica de Melo; NETO, Francisco dos Santos. Serviço Social e Movimento LGBT: promoção da cidadania de crianças e adolescentes no combate à violência de gênero nas escolas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 3, n. 01, jan/abr. 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

MENEZES, Moisés Santos; SILVA, Joilson Pereira. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. *Revista Katályysis*, Florianópolis, v. 20,

n. 1, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v20n1/1414-4980-rk-20-01-00122.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

PENNA, Fernando de Araújo. Programa “Escola Sem Partido”: uma ameaça à Educação Emancipadora. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Leonardo Bonfim. (Orgs) **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História**. Rio de Janeiro: Mauad x, 2016.

PRATA, Marcelo Ricardo. **A discriminação contra os homossexuais e os movimentos em defesa dos seus direitos**. 114f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica, 2008.

ROZÁRIO, Elton Santa Brígida do. “**Para além das plumas e paetês**”: a atuação do movimento LGBT de Belém/PA no enfrentamento à LGBTfobia. 165f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Belém. Universidade Federal do Pará, 2016.

SÃO PAULO. **Diversidade sexual e cidadania LGBT**. 2ª ed. São Paulo: IMESP, 2017. Disponível em: <[http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/CPDS/Cartilha\\_Diversidade.pdf](http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/CPDS/Cartilha_Diversidade.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. Confluências entre famílias, cidadania e sexualidade de filhas travestis. **Revista Publicatio de Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa**, v. 24, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/8426/5273>>. Acessado em: 18 nov. 2017.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. **Vidas precárias de estudantes trans**: educação, diferenças e projetos de vidas possíveis. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

YÁSBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 1ª ed. Brasília: CFESS, 2009. p. 1-21. Disponível em: <[http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O\\_significado\\_socio-historico\\_da\\_profissao%20Yasbek.pdf](http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O_significado_socio-historico_da_profissao%20Yasbek.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2018.